

Documentos complicam o deputado

Os documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa do deputado João Alves (sem partido-BA) complicam ainda mais a situação do parlamentar. A papelada revela a ligação entre João Alves e as empreiteiras, com emendas patrocinadas por Onofre Vaz e Luiz Arruda, da Servaz, e por Cláudio Mello, da Construtora Norberto Odebrecht, como o contorno da BR-163, em Campo Grande, além do lobista Meireles, da Queiroz Galvão.

Há também relação de contratos de obras, a dotação prevista em lei, o desbloqueio da verba (descontingenciamento), a data, o valor e o percentual de 1% escrito em frente a toda relação. Encontram-se nos papéis obras que nem sequer tinham sido contratadas. Nesta situação está o trecho da BR-163, entre

Dourados e Naviraí, em Mato Grosso do Sul. Bilhete do ex-deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS) solicita a João Alves 100 milhões (não especifica se em dólares ou cruzeiros) para o trecho, com o argumento de que a obra não está na programação do DNER, porque não possui contrato, mas é prioritária.

Nomes — O nome dos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Carlos Benevides (PMDB-CE) e de seu pai, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), todos investigados pela CPI do Orçamento, aparecem anotados nos documentos de João Alves, como patrocinadores de obras. Em muitas folhas de papel há destaque para a palavra "taxa".